

RESISTÊNCIAS NO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE À TRAVESTIS E POPULAÇÃO TRANS

Daniel Carvalho Nunes da Silva ^{1*}, Conrado Neves Sathler¹

1. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

* Autor para contato: daniel.silva404@academico.ufgd.edu.br

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma conquista da população brasileira na garantia do acesso a serviços de Saúde, porém nem todas os segmentos sociais possuem o mesmo nível de acesso (FREIRE, 2013). Na parcela que compõe a comunidade LGBTT+, a chamada TTT (transgêneros, transexuais e Travestis) enfrenta ainda maiores dificuldades se comparada com a totalidade da comunidade que já enfrenta dilemas no acesso e na continuidade no uso do SUS (SANTOSI e *col.* 2019). Logo, fazem-se necessários estudos que produzam políticas de assistência que dispensem um serviço mais acolhedor e humanizado que abarque o universo “Trans” (BRASIL, 2013). Esse estudo tem a potencialidade de integrar uma nova força de trabalho rumo a serviços mais próximos da diversidade existente. O objetivo do trabalho é contribuir com o Ensino em Saúde na produção de críticas discursivas aos materiais e protocolos que descrevem e delimitam as Políticas Públicas em Saúde para a população TTT; O *corpus* de nossa investigação foi o conjunto de protocolos e manuais de Políticas Públicas de Saúde. A partir do levantamento e da análise discursiva das Políticas Públicas em Saúde, buscamos encontrar, na materialidade linguística, formas de discriminação, opressão e outras violências que pudessem contribuir com iniquidades em Saúde associadas às vivências da população Trans nos serviços de Saúde. Realizamos também um levantamento de entrevistas fornecidas por essa população sobre suas vivências dentro do SUS. A partir do trabalho foi constatado que embora existam Políticas Públicas que dirijam um atendimento mais humano e equânime como: a Política Nacional de Humanização, Carta do direitos dos usuários do SUS, Política Nacional de Saúde LGBT+ e o próprio processo Transexualizador, a existência delas por si só não garante que o atendimento seja feito próximo ao esperado (BRASIL, 2006, 2007, 2008). Ainda assim, inúmeras realidades de opressões e violências são comuns

dentro do SUS, conforme relata uma entrevistada no trabalho publicado por Ferreira em 2017: “- Quando eu sei que preciso ir ao hospital eu já me sinto insegurança, lá vai sofrer a travesti outra vez no hospital (COPO DE LEITE)”. A partir dos levantamentos e análise realizadas, verificamos a existência de várias formas de resistência dentro das Políticas Públicas e dos seus dispositivos, entre elas, a resistência humana. Um dos elos do sistema são os funcionários que o operam, e a partir de suas ações geram a manutenção de estruturas e formas de opressão que inviabilizam a assistência de indivíduos Trans e Travestis.

Palavras-chave: Transgeneridade, Transexualidade, SUS, Discurso, Políticas Públicas de Saúde

Agradecimentos: À Universidade Federal da Grande Dourados pela bolsa de Iniciação Científica. À Sara Wagner York e Neon Cunha, mulheres ativistas trans que me inspiraram e serviram de guia na direção de minhas pesquisas e vivências.